

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL


CENTRAL EÓLICA SÃO DOMINGOS I S.A.
 CNPJ/MF nº 47.034.214/0001-42

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	8	-	Impostos a pagar	11	288	-
Impostos a compensar	11	286	-	Fornecedores	4	65.762	48.869
Total ativo circulante		294		Total passivo circulante		66.050	48.869
Não circulante				Não Circulante			
Partes relacionadas	12	3.091	-	Partes relacionadas	12	63.701	-
Imobilizado	13	154.568	48.738	Total passivo não circulante		63.701	
Total ativo não circulante		157.659	48.738	Total do passivo		129.751	48.869
Total do ativo		157.953	48.738	Patrimônio Líquido		15	
Demonstrações de resultados em 31 de dezembro				Capital social		28.599	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Prejuízos acumulados		(397)	(131)
Notas	31/12/2024	31/12/2023		Total do patrimônio líquido		28.202	(131)
Despesas e Receitas		16		Total do passivo e patrimônio líquido		157.953	48.738
Despesas gerais e administrativas		(59)	(24)				
Outras despesas		(4)	-				
Outras receitas		272	-				
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		209	(24)				
Resultado financeiro		17					
Despesas financeiras		(475)	(107)				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(475)	(107)				
Resultado líquido do exercício		(266)	(131)				
		(266)	(131)				

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica São Domingos I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica São Domingos I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, o resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Funda-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

ção IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser devidas a erros de auditoria ou a erros e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2025

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Notas 31/12/2024 31/12/2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (266) (131)

Diferenças cambiais imobilizado (5) -

Garantias bancárias - 107

Serviços de terceiros - 24

(271) -

Variações em:

Impostos a compensar (286) -

Fornecedores (19.701) -

Impostos a pagar 288

Partes relacionadas (3.091) -

Caixa gerado pelas atividades operacionais (23.061) -

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais (23.061) -

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Adições ao imobilizado e intangível (69.231) -

Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos

(69.231) -

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Partes relacionadas 63.702 -

Aumento/(Redução) de capital 28.598 -

Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento

92.300 -

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

8 -

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício -

8 -

Directoria
Ricardo Ferraz - Diretor
Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC nº. 1SP176534/O-5

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Adriano Formosinho Correia Contador

CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor

Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador - CRC no. 1SP176534/O-5

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETTRÔNICO Nº PE-90149/2025-DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto - DRS.XV, do tipo MENOR PREÇO, referente ao processo nº 024.00085221/2024-8, objetivando a Aquisição de Insumo em atendimento a Demandas Judiciais do DRS.XV. A sessão pública do Pregão Eletrônico nº PE-90149/2025-DRS.XV, será no dia 30/07/2025, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sito avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.e-negociospublicos.com.br> e <http://www.compras.sp.gov.br>.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV
EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETTRÔNICO Nº PE-90151/2025